

Guerra Fría en la transición: Brasil y España

Carla Luciana Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (Brasil)

O tema do anticomunismo

O contexto do final dos anos 1970 e meados dos 1980 foram marcados por redefinições no campo ideológico e programático dos partidos comunistas. Os exemplos eurocomunistas apontavam para caminhos redefinidores de políticas, com o abandono de vários ideais e práticas políticas. Esse processo vai a tal ponto que muitos partidos comunistas chegam a abandonar a definição “comunista”. Esse processo é acompanhado de importantes mudanças no quadro da dominação ideológica e da Guerra Fria: se o comunismo “deixaria de existir”, seria necessário a criação de novos inimigos, que viriam a ser, sob influência estadunidense, em grande medida os “inimigos árabes”. Mas essa “morte” do comunismo não foi processo simples. Não foi uma morte absoluta, muitos quiseram manter o nome, alterando minimamente o programa, e outros mantiveram-se inalterados em suas substâncias, como o caso do PC português. Mas o detalhe a ressaltar é que o anticomunismo como ideologia da guerra fria era parte de um processo mais amplo de dominação. Ou seja, correspondia a uma série de elementos relativos ao processo de produção. Basicamente se tratava de visualizar qual o lugar que as organizações da classe trabalhadora teriam na luta de classes. Qual seria o papel que esses partidos “modificados” teriam no conflito de classes era decisivo para o processo de reestruturação produtiva que se impunha desde a crise do processo de acumulação dos anos 1970. Era necessário, do ponto de vista dominante, partidos de esquerda que adotassem uma postura mais próxima à social-democracia para ajudarem na contenção das possíveis rebeliões da classe trabalhadora nas reformas neoliberais que viriam pela frente. Mas, os partidos comunistas respondiam primeiramente a mudanças internas, de remodelamento de projeto. A partir da crítica ao stalinismo se desenvolveu uma série de críticas à radicalidade na luta de classes. O próprio conceito de luta de classes passa a ser questionado e o marxismo deixaria de ser, para esses partidos, referência filosófica.

Era importante para o novo projeto que se incrementava a existência de partidos social-democratas e que fossem também partidos de massas, e não partido de quadros, com sólidas formações políticas. É o processo que vem sendo chamado de “transformismo”, o abandono de políticas de luta e ação de classe (Coelho, 2011). Ao invés disso, os partidos se burocratizam, e levam sua ação para o campo parlamentar. É, portanto, uma política revisionista ampla, nos termos já criticados por Lenin no início do século XX.

Tudo isso se passa no momento de crises políticas em Portugal e Espanha, nos processos de fim dos estados fascistas, mas também de criação dos modelos de democracia. E no Brasil, o processo era de solução democrática para uma ditadura de Segurança Nacional, o que se daria com as influências de todos esses elementos e mais uma série de outros que não nos cabe aqui analisar.

Deve-se esclarecer que o comunismo que é combatido pelos anticomunistas não está restrito aos militantes do partido comunista. O comunismo muitas vezes é um espectro amplo, e que não tem necessariamente relação com a União Soviética e com o stalinismo. É um espectro que ronda, mas que de fato representa a possibilidade de organização da classe trabalhadora como parte da luta de classes. Nos anos 1970 o referencial para o comunismo no discurso anticomunista é

bastante variável, e costuma se situar em algumas expressões: comunismo russo, assecas de Stalin, seguidores de Fidel, etc.

Mas a análise não pode perder a sutileza de que junto com esse discurso simplificador, há outro, bem mais elaborado, que vai acompanhando o movimento histórico de transformismo dos próprios partidos comunistas. A grande imprensa se coloca no papel de orientar os militantes e simpatizantes sobre as mudanças partidárias que ela própria está ajudando a construir do ponto de vista do consenso sobre determinadas ideias. Já ao longo dos anos 1990 a imprensa brasileira promoveria inúmeras vezes a “morte do comunismo”.

Para perceber como essas questões efetivamente apareciam na imprensa, passamos a nos dedicar a algumas temáticas trazidas pela imprensa brasileira. Não temos aqui a intenção de esgotar a possibilidade de estudo, dado o curto espaço disponível. Também o fato de que a pesquisa segue em andamento nos impede de apresentar conclusões mais precisas.

O final do franquismo e a explosão de greves

A primeira questão que salta aos olhos na cobertura sobre a Espanha após 1975 é a divulgação sistemática de manifestações trabalhadoras, sobretudo greves. É o que mostra a matéria da revista *Veja* em sua sessão Internacional:

Ao longo dos 36 anos da era franquista, jamais se ouvira algo parecido da parte de um dirigente espanhol. ‘O governo está consciente de que enfrenta um grave desafio político, de natureza claramente subversiva, dirigido contra o estado e suas instituições’. A frase, pronunciada no início da semana passada pelo ministro da Informação e Turismo, León Herrera, soou, porém, apenas como um tardio reconhecimento oficial da pior crise social que o regime já atravessou. Pois, na Espanha de hoje, as greves proliferam como um incontrolável epidemia. (*Veja*, 19/2/1975, p. 29)

São muitas as notícias sobre greves e manifestações populares na sequência desta, como veremos. Mas o interessante é que elas vem junto a um acompanhamento sistemático da situação geral do país. Em dezembro de 1975, a revista publica na sua sessão especial de entrevistas uma longa conversa com Hugh Thomas, intitulada “Rumos da nova Espanha”. Ele “relembra Franco e fala de sua confiança no Rei Juan Carlos”: “Vejo tudo com otimismo na Espanha de hoje”, resumindo suas impressões sobre este período de transição entre o desaparecimento do caudilho Francisco Franco e as novas perspectivas que se abrem para o país”. A Espanha, segundo seria um país a procura de “colocar-se mais próximo da Europa democrática, e o rei sabe perfeitamente que há necessidade de certos ajustamentos”. Ainda segundo Thomas: “Juan Carlos não está inclinado a governar o país como Franco governou, e, de qualquer forma, há agora menos necessidade disso. A Espanha modernizou-se - é o décimo país industrializado do mundo. O que é necessário para a Espanha é evoluir para um sistema mais aberto, talvez uma lenta evolução, mas constante, na qual o povo possa acreditar e confiar”. (*Veja*, 24/12/1975, p. 3) Vários detalhes discursivos chamam atenção nessa fala. O primeiro deles é a utilização da expressão “há agora menos necessidade disso”, sendo isso a “forma como Franco governou”. Há uma naturalização da forma como Franco governou como uma forma “normal”, aceitável e sobretudo necessária em determinadas condições, sendo o bom resultado da industrialização a prova da eficiência da “forma como Franco governou”. Em segundo lugar, as expressões usadas para qualificar como deveria ser a transição: uma “lenta evolução, mas constante, na qual o povo possa acreditar” se confunde em gênero e número com o lema da ditadura brasileira naquele momento: “abertura lenta, gradual e segura”.

Na sequência aparece o tema da insatisfação da “velha guarda e a direita”, entre as quais estariam as Forças Armadas: “mas estes dois setores conhecem a situação existente agora. Eles sabem que muitos espanhóis estão desejando uma mudança. Por outro lado, se há alguma relação entre um alto padrão de vida e capacidade democrática, então a Espanha já se encontra claramente capacitada para a democracia”. Mais uma vez, a democracia aparece como um prêmio alcançado. Como se o país tivesse se comportado mal, precisou da experiência fascista, mas agora já poderia receber a democracia como prêmio. Mais uma vez, a situação é naturalizada. Ademais, se elenca que

mesmo os setores da direita teriam que reconhecer que “muitos espanhóis estão desejando a mudança”, ou seja, a coerção vem acompanhada de formas de consenso. É preciso reordenar as forças políticas porque apenas a coerção não vai seguir contendo “muitos espanhóis”.

Outra questão interessante a observar é a diluição da ditadura fascista em um “regime de um homem” apenas. A revista pergunta: “não haverá franquismo sem Franco”. E a resposta é: “não, não haverá. O franquismo era algo muito pessoal, que dependia da personalidade do generalíssimo, de sua vivacidade, de seu prestígio”. O fato de ter “vencido uma guerra” faria dele um homem com prestígio e inteligência. E todo o sistema de organização econômica, citado pelo próprio entrevistado que fala em industrialização como grande conquista franquista, não é colocado como parte da dinâmica do franquismo. Não há interesses de classe aí, apenas a personalidade de um homem.

A sociedade espanhola é desenhada em três partes: as Forças Armadas, o povo e a direita. Nessa lógica, Juan Carlos vai precisar do povo, mas isso vai lhe trazer problemas com a direita. Quem é a direita e porque ela tem “problemas com o povo” não se sabe mas se pergunta se essa não seria uma forma de dizer que os grandes empresários que lucraram imensamente com o processo de industrialização não estariam com medo do processo de acirramento da luta de classes (greves, manifestações, contestação de direitos) que “o povo”, leia-se, classe trabalhadora poderia então expressar em um governo democrático.

E, para completar o raciocínio, Thomas é perguntado sobre a situação do vizinho Portugal. Ao que ele responde que “Portugal parece estar evoluindo lentamente em direção de uma sociedade livre”. Essa fala vem ao encontro do movimento de 11 de novembro de 1975 que sepultava a Revolução dos cravos, passando a construir um modelo tradicional de democracia. Afastava-se assim, sob a lógica da guerra fria, a possibilidade de sequência do socialismo (ou do comunismo) no país vizinho. A entrevista segue tratando da Guerra Civil, tema que não nos ocupa aqui, mas cabe ressaltar a ressalva que ele faz: “ainda é muito cedo para julgar Franco historicamente”. Está dado então o sinal para a política de reconciliação, e de aceitação do franquismo (forma do capitalismo espanhol), como algo “necessário”, como Hugh Thomas abriu a entrevista.

Esta entrevista na revista foi publicada na data natalícia, quando o leitor tem mais tempo para leitura e reflexão. Ela sucede todo o acompanhamento do processo de doença e morte de Franco. No dia 26 de novembro a revista publicou uma matéria de sete páginas sobre a morte, “a longa agonia chega ao fim”: “o certo é que ao morrer, Franco deixou uma Espanha aberta a todas as apostas sobre o seu futuro – a começar pelo comportamento de seu sucessor”. Um futuro de incertezas, incógnitas, agonizante, esse era o quadro da Espanha traçado na matéria. Um texto que mostrava a emoção, os acompanhamentos fúnebres e a comoção em todo o Estado espanhol. A síntese do que se queria afirmar era a prova de uma “Espanha moderna forjada por Franco” (Veja, 26/11/1975, p. 34) Apenas para situar o momento que se vivia no Brasil, citamos a matéria que noticia uma reunião ministerial passava a discutir, a portas fechadas, algum tipo de mudança na ditadura brasileira e concluía: “Toda vez que se fala em reforma, a Arena [partido do governo] fala em extinção do partido e o MDB [partido de oposição burguesa consentida] fala na volta na volta ao Estado de direito”. (Veja, 26/11/1975b) Ou seja, o Brasil estava em plena ditadura tendo momentos em que o tema da necessidade de uma abertura política vinha à tona. Não é coincidência que essa notícia fosse publicada nas páginas precedentes à notícia de Franco: uma visão da imprensa burguesa de que era preciso prever o ordenamento da transição para evitar que no Brasil viesse a acontecer o mesmo que se passara na Espanha que estava a ser mostrado: incertezas e incógnitas.

A questão dos interesses empresariais capitalistas somente voltaria a ser colocada na análise sobre a Espanha quando a revista Veja faria nova entrevista, desta vez com Juan Linz, apresentado como o maior especialista em processos transitórios de regimes autoritários. Segundo ele, “o governo espanhol em certa medida não respondia a interesses concretos nem mesmo dos setores empresariais. Milhares de decisões eram tomadas por tecnocratas ou políticos do regime, sem consultar os interesses reais, inclusive dos conservadores” (Veja, 23/8/1978, p. 6). Assim, o problema deixa de ser a decisão de um único homem, e ampliada para uma equipe de tecnocratas que tomavam decisões sobre os rumos econômicos, definindo a grande política. Sua fala é muito clara sobre os comportamentos reformistas que se impunham. O fascismo, ao deixar o poder,

permanece enquanto ameaça velada e impõe que a oposição deixe de lado qualquer ideia “extremista” para o bem de todos, e para que a direita não volte de forma extremada:

O processo de democratização deve assentar-se nas bases internas de cada país. Por um lado, as elites governamentais, que num certo momento optaram pela solução não-democrática, devem dar-se conta de que essa alternativa tem custos sociais, políticos e econômicos muito altos, e que o sistema que escolheram não é suficientemente flexível para uma estrutura moderna. Por outro, a oposição, mesmo se no fundo deseja grandes mudanças sociais e econômicas, precisa convencer-se de que talvez seja melhor conseguir primeiro uma sociedade com liberdade para depois tentar convencer a maioria sobre a desejabilidade dessas mudanças. Esse é um problema interno tanto dos governantes autoritários quanto da oposição democrática. Só quando ambos os setores se distanciarem dos extremistas é que as coisas começam a marchar. (Veja, 23/8/1978, p. 6)

Juan Linz aponta mais especificamente a quem deveria caber as cessões e amenização programática para o “bem de todos”:

Certamente há muitos, especialmente na esquerda, que acham que não vale a pena uma sociedade com liberdades que eles chamam apenas de ‘formais’ e sem mudanças radicais na estrutura social e econômica. Há o outro lado, que quer a ordem a todo preço, sem perceber que a ordem absoluta leva à estagnação. (...) se não surgirem homens politicamente hábeis tanto no governo como na oposição, que busquem formas institucionais práticas para uma transição, não creio que ela seja viável.

Assim, na figura do grande especialista fica clara a indicação de contenção política em nome da estabilidade e da possibilidade de levar adiante a transição. Então, podemos ler que se não forem seguidos seus conselhos, a ditadura voltaria? É natural na sua fala que as forças conservadoras (para usar uma expressão dele), fossem impedir o processo de transição.

No jornal *Folha de São Paulo*, as questões eram envolvidas de forma muito similar. Ao falar do projeto de abertura, noticia-se que

Os ‘reformistas’ vêm-se cercados pelos ataques do bunker, setor representado por Franco, e pela atitude provocativa da oposição, impelida por uma infinidade de partidos e pequenos grupos que vão desde os carlistas que se rebelaram contra Franco, até os guerrilheiros bascos e maoístas. (4/4/1976, p. 4)

Mais precisamente, o artigo busca qualificar os chamados extremistas, que seriam ameaças recalcitrantes à democracia:

O projeto exclui o Partido Comunista de Santiago Carrillo e os grupos extremistas, fato que em grande parte teria provocado uma reação negativa da oposição, pois o PCE não só domina as ‘Comissões Operárias’ como detém influência maior na Junta, que acaba de aliar-se à plataforma. Além disso, Carrillo vem rejeitando reiteradas vezes a qualificação de ‘totalitário’ dada a seu partido e procurou garantir recentemente que o PCE está ‘alinhado com os demais partidos políticos europeus num caminho de pluralismo democrático’.

Aqui estão colados elementos da forma como o comunismo é tratado e da forma como os comunistas do PCE se defendem, se retratando, passo seguinte para mudarem de posição, abandonando a pecha de comunista. Lógica que se tornava dominante que associava o comunismo ao totalitarismo era um problema para os comunistas. Mais fácil de que desmontá-la era defender-se dela.

No dia 5/1/1976 se noticiava que “manifestação é reprimida na Espanha” (FSP, 5/1/1976, p. 6). Citando o jornal ABC, se dizia que “parece que ninguém, e principalmente o homem do povo, tem ideia exata de como chegaremos a essa democratização tão decantada”. Mais uma vez, o “homem do povo” é separado do restante dos acontecimentos. Ele comparece apenas como espectador. As notícias vão ganhando maior dimensão, chegando à capa do jornal: “Em Madri, lei militar para conter a greve:

O governo espanhol está disposto a convocar militarmente os 3800 trabalhadores do metrô de Madri que se encontram em greve, caso eles não retornem ao trabalho antes da segunda-feira. (...) Cerca de 2500 grevistas e suas famílias ocuparam ontem uma igreja num subúrbio de Madri a fim de pressionar o governo a atender suas reivindicações salariais. A polícia cercou o templo. (FSP, 7/1/1976, p.1)

Essas notícias seguem aparecendo no jornal, e vamos expor aqui alguns exemplos. No dia 2/4/ a Folha noticiava a manutenção da prisão do líder sindical Marcelino Camacho: “polícia espanhola prende outros 21 opositoristas”. (FSP, 2/4/1976, p. 6). Noticia-se manifestos contrários à prisão, apontando a óbvia dificuldade no processo de transição criada com essa medida.

Há uma série de pequenas notícias que acompanham as explosões sociais, jogando um clima de medo e apreensão e de indecisão sobre o presente e o futuro:

Quatro meses depois da morte de Franco, o pessimismo invade todas as classes da sociedade espanhola. O país sofre sua crise econômica mais grave desde o começo da espetacular expansão dos anos 60. (...) O movimento de cólera que lançou milhares de grevistas nas ruas de Vitória fez ver de repente, a uma opinião ainda mal informada, que a agitação social é profunda, séria, e que traz a debate uma organização sindical oficial completamente ultrapassada e inoperante. Vitória não é um acidente. Toda gente está consciente de que uma explosão popular análoga pode repetir-se em qualquer lugar e qualquer momento. 28/3/1976, p. 2)

Este clima de incertezas estava presente na cobertura. O jornal brasileiro passa a publicar textos do jornal francês Le Monde, ampliando assim o leque da preocupação com o que se passava em Espanha. O que se visualiza é um risco iminente de que algo pudesse ocorrer a qualquer momento, embora sem que se soubesse o que ou mesmo se apresentasse indícios concretos. Cria-se assim um clima de que uma medida certa precisaria ser tomada, e o sentido dessa medida apareceria um tempo depois, após a assinatura dos Pactos de Moncloa (Paniagua, 2009). Desta vez, quem fala é um editorialista do jornal:

Aos liberais de todo o mundo é confortador constatar a Espanha promova sua redemocratização através de um projeto que, com a participação de praticamente todas as forças políticas do país, inclua o abrandamento da legislação de repressão, na busca da estabilidade das instituições e da sua economia. Se a simples importação de fórmulas não é recomendável, o caso espanhol deve servir no mínimo para o cotejo pelos setores que verdadeiramente se interessem pelo encontro de soluções capaz de conciliar a liberdade dos cidadãos com a segurança do Estado. (FSP, 31/10/1977)

Assim, abrandar as leis repressoras era necessário, mas a segurança do Estado como “esteio” dos cidadãos é a opção autointitulada liberal. Como em qualquer processo de hegemonia, esta posição busca parecer como universal. Para que o processo andasse, não retrocedesse, seria necessário parar de avançar nas liberdades e nas posições dos grupos minoritários. Em nome de um falso consenso, pois que o quadro de um ano antes mostrava que não existia consenso, se ameaçava a todos com os riscos possíveis de uma maior democratização e de direitos mais ampliados. Se não se parasse o avanço, considerado um período de “crise”, o retrocesso seria possível.

Parece que este é o grande legado dos processos de transição. É evidente que uma transição sempre traz momentos de crise, de forças represadas pela repressão dominante. Da mesma forma, está clara, de acordo com o andamento do sistema capitalista, que as ditaduras estavam se tornando obsoletas. Mas, para sair delas seria necessário o maior controle da classe trabalhadora e das forças divergentes. É aí que entram as ameaças de retrocesso. Como se o poder que se derrubava fosse uma fênix, mas imortal.

Fontes Citadas

- Quem manda na Espanha? Le Monde. FSP, 28/3/1976, p. 2.
- O exemplo espanhol. JMS, FSP, 31/10/1977, p. 2.
- Senilidade. Veja. 19/2/1975, p. 29-30.
- Rumos da nova Espanha. Hugh Thomas. Entrevistado por Jader de Oliveira. Revista Veja, 24/12/1975, p. 3-6.
- A longa agonia chega ao fim. Veja, 26/11/1975, p. 32-39.
- Uma oportunidade perdida. Veja, 26/11/1975b, p. 22.
- Rumo à democracia. Entrevista de Juan Linz para Roberto Garcia. Veja. 23/8/1978, p. 3-6.
- A Espanha após Franco. Folha de São Paulo. Renato Falheiros. Editoria Internacional. 4/4/1976.

Bibliografia citada

- Blanco, J. A. A. El PCE y el PSOE en (la) transición. Madrid, Siglo XXI, 2012.
- Coelho, E. Uma esquerda para o capital. São Paulo, Xamã, 2012.
- Paniagua, J. La transición democrática. De la dictadura a la democracia en España (1973-1986). Madrid, Anaya, 2009.
- Silva, C. Veja: o indispensável partido neoliberal. Cascavel, Edunioeste, 2009.
- Silva, C. Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros. Porto Alegre, Edipucrs, 2001.
- Silva, C. El final de franquismo y de la transición española como ejemplo en la prensa brasileira. Anais do VIII Encontro Internacional de Investigadores del Franquismo. Barcelona, CEFID, 2013. <https://www.dropbox.com/sh/kiut0vmofwv3n8q/dlCXZdQ7Xr>.